

Representações Sociais, Migrações e *Media*: Reflexões em Torno do Papel da Literacia Cinematográfica na Promoção da Interculturalidade

Social Representations, Migrations and the *Media*: Reflections on the Role of Film Literacy in Promoting Intercultural Dialogue

ISABEL MACEDO & ROSA CABECINHAS

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho

isabelmacedo@gmail.com/ cabecinhas@ics.uminho.pt

Resumo:

Este artigo tem como objetivo apresentar o trabalho desenvolvido no âmbito do projeto de doutoramento em Estudos Culturais intitulado "Migrações e identidades no documentário fílmico português: a literacia cinematográfica na promoção da interculturalidade". Este projeto propõe estudar os discursos e as representações sociais associados às populações migrantes veiculados pelo documentário fílmico produzido em Portugal.

Desenvolvemos uma breve reflexão sobre o conceito de representações sociais e o modo como estas são (re)construídas, procurando, de seguida, discutir o papel dos media na difusão de representações sobre a população migrante. Argumentamos que deve ser fomentada a literacia cinematográfica na atualidade, atribuindo-lhe um papel ativo nas escolas, com vista à desconstrução de determinados estereótipos sociais e à promoção da interculturalidade.

Palavras-chave:

Representações sociais; migrações; *media*; literacia

Abstract:

The paper aims to present the work developed within the doctoral program in Cultural Studies with the project entitled "Migrations and identities in the Portuguese documentary film: film literacy in the promotion of intercultural dialogue". This project proposes to study the discourses and the representations associated with migrant populations spread by the documentary film produced in Portugal.

We developed a brief reflection on the concept of social representations and how they are (re)constructed, in order to understand the role of the media in the dissemination of representations about immigrants. It is argued that literacy should be fostered, giving it an active role in the schools, to allow the deconstruction of certain social stereotypes, promoting the intercultural dialogue.

Keywords:

Social representations; migrations; media, literacy

1. Introdução

Este artigo integra-se num projeto de investigação mais abrangente que propõe estudar os discursos e as representações sociais associados às populações migrantes veiculados pelo documentário fílmico produzido em Portugal. Procuramos perceber de que modo os meios audiovisuais contribuem para a manutenção ou (des)construção de determinados estereótipos associados a esta população.

Vários trabalhos de investigação, desenvolvidos nos últimos anos, indicam que persistem determinados estereótipos raciais e preconceitos paternalistas, nomeadamente no que às pessoas de origem africana diz respeito (Cabecinhas 2007; Vala, Lopes & Lima, 2008). Na opinião de Cabecinhas & Feijó (2010: 30) “esses estereótipos estão profundamente enraizados na memória social, com impactos profundos na vida quotidiana dos imigrantes africanos em Portugal”. Procurando perceber se o cinema produzido em Portugal contribui para a manutenção destes estereótipos, pretendemos desenvolver um projeto de investigação que tem como objetivo a análise dos discursos humanos e dos significados veiculados pelo cinema de não-ficção produzido em Portugal.

No presente artigo desenvolvemos um reflexão inicial, começando por discutir os conceitos de *consciência coletiva* e de *representações sociais*, mobilizando para isso os trabalhos de Émile Durkheim e Serge Moscovici, respetivamente. De seguida, discutimos a sua pertinência para a análise das identidades individuais, assumindo que estas estão em permanente transformação, tratando-se de um processo sempre incompleto.

As imagens que nos chegam sobre o outro, imigrante e minoria, através dos vários *media*, contribuem para a reformulação das nossas opiniões e representações sobre o outro. Por isso, procuramos analisar ainda o papel dos meios de comunicação social na difusão de representações sobre esta população e as potencialidades da literacia mediática na formação, nos jovens, de um olhar crítico e informado, capacitando-os para a perceção e desconstrução de determinados estereótipos sociais.

2. O conceito de representações sociais

Nesta parte da nossa reflexão, partimos do trabalho do sociólogo Émile Durkheim (1858-1917), que inspirou Serge Moscovici (1988, 1994, 2001) no desenvolvimento da teoria das representações sociais.

Durkheim (1895/1987) encara a sociologia como uma nova ciência, que pode ser usada para esclarecer algumas questões filosóficas, que devem ser examinadas de modo empírico e com objetividade. O autor considera que é possível estudar a realidade social com o mesmo rigor com que se analisam os fenómenos naturais. Os factos sociais são, de acordo com o autor, o objeto de estudo da sociologia. Estes influenciam e condicionam as atitudes e os comportamentos dos indivíduos na sociedade, constituindo uma realidade sociologicamente objetiva, são modos de pensar, agir, sentir.

Um dos princípios básicos da sociologia para Durkheim é que se estude os factos sociais como se fossem coisas. Uma coisa para o autor é “todo o objeto de conhecimento que não é naturalmente compenetrável pela inteligência (...), tudo o que o espírito só consegue

compreender na condição de sair de si próprio, por via de observações e de experimentações”. Os factos sociais não são somente exteriores ao indivíduo, como possuem um poder coercivo pelo qual se impõem a ele, ou seja, “consistem em maneiras de fazer ou pensar, reconhecíveis pela particularidade de serem susceptíveis de exercer uma influência coerciva sobre as consciências particulares” (Durkheim, 1895/1987: 13). Neste sentido, para o autor, o indivíduo sente, pensa e age condicionado e até determinado pela realidade social, ou seja, pelas normas e padrões estabelecidos na sociedade.

A *Divisão Social do Trabalho* (1893/1989) é uma das principais obras de Émile Durkheim. Nesta obra o autor defende que com o advento da era industrial emergia um novo tipo de solidariedade. Nas sociedades tradicionais que, segundo o autor, se caracterizavam pela solidariedade mecânica, havia um nível reduzido de divisão do trabalho. Este tipo de solidariedade baseia-se no consenso. De acordo com esta perspectiva, a consciência individual é uma simples dependência do tipo colectivo e segue-lhe todos os movimentos, como o objecto possuído segue aqueles que o seu proprietário imprime. Nas sociedades em que esta solidariedade está muito desenvolvida, o indivíduo não se pertence (...); é literalmente uma coisa de que a sociedade dispõe (Durkheim, 1893/1989: 152).

Contudo, na opinião de Durkheim (1893/1989), esta forma de solidariedade foi-se extinguindo com a industrialização que conduziu a uma maior divisão do trabalho e conseqüentemente, a um outro tipo de solidariedade: a solidariedade orgânica. A sociedade industrial, marcada por uma ampla divisão social do trabalho, criava laços de interdependência económica entre as pessoas. A necessária integração da sociedade moderna seria dada, em parte, pela dependência mútua dos diversos papéis desempenhados pelos indivíduos. Segundo o autor, enquanto que a solidariedade mecânica implica que os sujeitos se assemelhem, a solidariedade orgânica supõe que diferem uns dos outros. Nesta perspectiva, quando é a solidariedade mecânica que está na base da coesão social, a *consciência colectiva* envolve completamente a *consciência individual*, tornando os indivíduos idênticos. A solidariedade orgânica, pelo contrário, pressupõe não a identidade, mas antes a diferença entre os indivíduos nas suas crenças e ações.

Na perspectiva de Durkheim (1893/1989), os indivíduos que participam dos mesmos grupos e da mesma sociedade compartilham valores e normas coletivas que os mantêm integrados. Trata-se daquilo que o autor designa de *consciência colectiva*, ou seja, o conjunto de normas, valores, atitudes e crenças partilhados por uma comunidade ou sociedade. Para o autor, “os estados da consciência colectiva são de uma natureza diferente dos estados da consciência individual; são representações de outro tipo. A mentalidade dos grupos não é a dos particulares; tem as suas leis próprias” (Durkheim, 1893/1989: 17). Neste sentido, para compreendermos o modo como a sociedade se representa a si própria e ao mundo é a “natureza da sociedade, e não a dos particulares, que devemos considerar. Os símbolos com que ela se pensa mudam de acordo com o que ela é” (Durkheim, 1893/1989: 18). Assim, segundo o autor, o modo colectivo de agir ou de pensar é exterior ao indivíduo, tendo uma

existência própria. O indivíduo encontra esta consciência coletiva já completamente formada, “(...) não pode impedir que existam ou fazer que existam de modo diferente; é, pois, obrigado a tomá-las em consideração, e é-lhe tanto mais difícil (não dizemos impossível) modificá-las quanto elas participam, em diversos graus, da supremacia material e moral que a sociedade tem sobre os seus membros” (Durkheim, 1893/1989: 23).

Moscovici (2001) partiu do conceito de *consciência colectiva* na sua reflexão sobre representações sociais. De acordo com este autor, os esforços de Durkheim (1893/1989) no sentido de estabelecer a Sociologia como ciência autónoma levaram-no a criar uma dicotomia entre individual e coletivo, pessoa e sociedade, sugerindo que as representações individuais seriam o objeto da psicologia social enquanto as representações coletivas seriam o objeto da sociologia. Na opinião de Moscovici (2001) é impossível definir uma distinção clara entre coletivo e social. Enquanto Durkheim (1893/1989) vê as representações coletivas como formas estáveis de entendimento coletivo, com um poder coercivo que origina a manutenção de uma ordem na sociedade; Moscovici (2001) está mais preocupado em explorar a diversidade das ideias coletivas nas sociedades modernas. Para este autor, a própria ideia de diversidade leva-nos a refletir sobre a falta de homogeneidade das sociedades modernas, onde se observa a desigual distribuição de poder, originando uma heterogeneidade de representações. Em qualquer cultura existem pontos de tensão e clivagem no sistema de representação e é aí que novas representações sociais emergem.

O autor menciona que usa o termo ‘social’, e não ‘colectivo’, porque considera que este se refere a uma noção de sociedade, de redes de pessoas a interagirem. Podemos verificar por esta definição que, na teoria das representações sociais, o conceito de representação assume um sentido mais dinâmico, referindo-se ao processo através do qual as representações são elaboradas e não tanto às estruturas estabelecidas. De acordo com esta perspectiva, as representações sociais são produto da nossa interação e comunicação e vão-se reformulando de acordo com estes processos de influência. Para Moscovici (2001), comunicar faz parte do estudo das representações, porque as representações são geradas neste processo e expressas pela linguagem. Isto significa que o modo como percebemos os acontecimentos é condicionado pelas nossas representações, linguagem e cultura.

Indivíduos e grupos criam representações no decorrer da comunicação e cooperação. As representações, obviamente, não são criadas pelos indivíduos isolados. Uma vez criadas, contudo, elas levam uma vida própria, circulam, fundem-se, atraem-se e repelem-se, dando lugar a novas representações (...) (Moscovici, 2001: 27).

Com efeito, a relação entre comunicação e representação parece indissolúvel e a comunicação constitui o processo de transformação dessas representações, no qual nós fundimos as nossas representações com as dos outros grupos. Neste sentido, as representações sociais são formadas e transformadas no contexto e através de assimetrias, conflitos, descontinuidades e tensões (Marková, 2010).

As representações sociais dizem respeito aos conteúdos do pensamento quotidiano e ao conjunto de ideias que dão coerência às nossas crenças religiosas, ideias políticas, etc. As representações sociais permitem-nos classificar pessoas e objetos, comparar e explicar comportamentos e objetivá-los enquanto constituintes do nosso ambiente social (Moscovici, 1988: 214).

Para explicar como é que as cognições sociais, coletivamente partilhadas, devem ser para serem consideradas representações sociais, Moscovici (2001) distingue entre representações hegemónicas, representações emancipadas e representações polémicas. O autor define representações hegemónicas como aquelas que são partilhadas pela maioria dos membros de um partido político, uma nação ou outra unidade macro estruturada. Estas representações são uniformes e prevalecem em todas as práticas simbólicas ou afetivas. Já as representações emancipadas relacionam-se com subgrupos que criam as suas próprias versões, mantendo, contudo, um certo grau de autonomia em relação aos segmentos da sociedade com a qual interagem (Moscovici, 1988). As representações polémicas, estão relacionadas com conflitos sociais e lutas entre os grupos e são determinadas por relações antagónicas.

Na opinião do autor, todas as representações têm por objetivo tornar familiar aquilo que nos é desconhecido (Moscovici, 1988). O autor refere dois mecanismos sócio-cognitivos de comunicação que geram representações sociais: a ancoragem e a objetivação. O primeiro mecanismo, torna o desconhecido familiar, trazendo-o para uma esfera de representações sociais anteriores, para que as possamos comparar e interpretar. O segundo mecanismo, objetivação, torna o desconhecido familiar por transformar as representações em algo concreto e perceptível.

Pela comunicação, as representações sociais são ancoradas de novo em novas representações sociais. Estas novas representações sociais são incorporadas às já conhecidas enquanto, simultaneamente, essas últimas são transformadas pelas novas representações que emergem nesta interação. Gradualmente, ideias inicialmente estranhas, tornam-se conhecidas e parte dos quadros coletivos de referência de uma sociedade. Moscovici (1994: 164) refere que com a noção de ancoragem pretendia “expressar a relação entre gerar sentido e comunicar”.

Por sua vez, a objetivação torna o desconhecido familiar transformando-o em algo concreto, que podemos perceber e experimentar. Objetivar é, de acordo com Moscovici (2001), um processo muito mais ativo e exige muito mais esforço do que a ancoragem, que ocorre quase automaticamente cada vez que somos confrontados com novos fenómenos.

De facto, o conceito de representação, que o autor mobilizou da filosofia (Moscovici, 1988), encontrou lugar, de um modo ou de outro, em várias ciências sociais e humanas. A teoria das representações sociais que direciona a atenção para o pensamento social e cultural da

sociedade, faz-nos refletir sobre o modo como as novas cognições sociais ou representações da realidade se tornam familiares e as representações antigas são transformadas através da comunicação. Ao estudar como os *media* e o público ancoram e objectificam "novos" problemas científicos, políticos e sociais, podemos obter informações sobre transformações vitais nos sistemas de pensamento e de construção social dos significados (Wagner & Hayes, 2005; Hoijer, 2011).

Esta teoria permite-nos compreender e intervir na realidade social. Permite articular as dimensões sociais e culturais com a história, possibilitando uma interpretação dos processos e modos pelos quais os indivíduos e os grupos constroem e analisam o seu mundo e as suas vidas. Sendo uma teoria que possibilita a leitura e compreensão do mundo que nos envolve, é salientada a importância de se ter em consideração a relação entre as representações sociais e as configurações culturais dominantes, bem como a própria dinâmica social do contexto em análise (Jodelet, 1999; Cabecinhas, Lima & Chaves, 2006).

3. Os processos identitários na evolução das representações sociais

Refletindo sobre o conceito de identidade, Hall (1994) refere que devemos pensar a identidade enquanto produção, nunca completa, sempre um processo, constituído no contexto dos sistemas de representação. Ferin et al. (2008: 31/32) corroboram esta perspectiva. Para os autores, as identidades, sejam singulares, sejam plurais, "são uma construção em progresso, o que quer dizer que não há identidades fixas e que o processo de construção nunca está acabado, dando constantemente origem a recontextualizações e reparticularizações, muitas vezes conflituantes e contraditórias".

A este propósito, no seu trabalho *Resisting Representations and Identity Processes*, Breakwell (2010) realiza uma breve análise do trabalho por si desenvolvido sobre os processos sociais, cognitivos, conotativos que envolvem o conceito de identidade. Desde 1986, o autor tem vindo a desenvolver a teoria da identidade como processo (Identity Process Theory), que também propõe que a identidade de um indivíduo é um produto social dinâmico, resultado da interação entre as capacidades da memória, consciência e organizada interpretativamente com as estruturas físicas e sociais e os processos de influência que constituem o contexto social. Esta teoria considera que a identidade reside em processos psicológicos, mas é manifestada através do pensamento, da ação e do afeto. Reconhece que a identidade é criada dentro de um contexto social particular, que por sua vez se enquadra num contexto histórico específico. Para o autor, o contexto social pode ser representado esquematicamente em duas dimensões, a estrutura e o processo. A estrutura diz respeito às relações interpessoais, categorias sociais, pertenças grupais e relações intergrupais. Os processos de influência social dizem respeito à educação, à retórica, à publicidade, ao próprio cinema. Através destes processos estabelecem-se sistemas de valores, reificados em

representações sociais, normas sociais e significados, que constituem uma arena em que os conteúdos e o valor das identidades individuais é (re)construído. O conteúdo refere-se àquelas características que marcam o indivíduo como único – identidade pessoal (valores, atitudes, estilo cognitivo...) e identidade social (pertencas, normas, categorias sociais) – e ao valor que cada elemento do conteúdo tem em termos de efeitos positivos ou negativos. Estes processos estão em constante mudança, sujeitos a revisão contínua, como consequência das mudanças nos sistemas de valores sociais e na posição adotada pelo indivíduo perante estas transformações.

Embora esta teoria coloque ênfase no papel da estrutura na construção das identidades individuais, não sugere contudo que a identidade é totalmente determinada pelo contexto social, tendo o indivíduo “alguma liberdade de escolha na formulação da estrutura identitária”, ou seja, o indivíduo é agente na criação da sua identidade (Breakwell, 2010: 6.5).

De facto, para que este modelo de criação e evolução dinâmica da identidade seja útil, o autor considera que este deve ser articulado com uma teoria que explique o modo como o conhecimento e os valores sociais são gerados e transformados. A abordagem da IPT ao conceito de identidade realça o papel fundamental dos processos de representações sociais na formação da identidade, mas sugere também que os processos identitários podem ser determinantes na evolução das representações sociais.

Todos os aspetos da identidade (não apenas aqueles derivados da pertença grupal) são fatores muito importantes na participação dos indivíduos na produção, transformação e usos das representações sociais. A personalidade e as pertencas grupais afetam a exposição dos indivíduos às representações sociais, a sua aceitação e uso (Breakwell, 2010: 6.6).

Este uso das representações sociais é definido pelo autor como a frequência com que a representação social é reproduzida, ou seja, comunicada a outros e usada como ponto de referência na tomada de decisões, na assimilação de novas informações e na avaliação das situações com as quais nos deparamos.

A maioria das nossas perceções, aquilo que vemos e ouvimos, as nossas crenças e informações sobre as pessoas e as coisas não são diretamente factuais. Nós adquirimo-las através das outras pessoas, via interações, *media*, logo a sua origem é interpessoal ou social (Wagner & Hayes, 2005). O contacto cultural e os problemas de compreensão que este contacto origina podem ser observados em qualquer sociedade. Ideias de pureza, impureza e tabu fazem parte do sistema cultural da imaginação social, partilhadas pelas representações de uma cultura, sociedade ou grupo social. É neste contexto que os processos motivacionais, emocionais e cognitivos de representação se desenvolvem.

4. Imagens de imigrantes e minorias étnicas nos *media*

Como foi referido anteriormente, no trabalho desenvolvido por Moscovici (1961), o autor concedeu um lugar central à comunicação na dinâmica das representações sociais, demonstrando como os *media* participam na construção de modelos de interpretação que nos permitem organizar, avaliar e julgar os acontecimentos sociais. Partindo das referências teóricas de Moscovici (1961), Valence & Rossiau (2009), estudaram as representações mediáticas dos direitos do Homem e da imigração nos jornais diários *Liberation* e *Le Figaro* durante seis anos. Os autores vêem os *media* como contextos potenciais de ancoragem para as representações sociais. De facto, a ancoragem, que permite a incorporação de elementos novos nas categorias de conhecimento mais familiares, traduz a propensão que os indivíduos têm de partirem de pontos de referência pré-existentes na sua grelha de leitura. Os autores partem da ideia de que uma representação estabelece-se como um ponto de referência possível e tende a criar um conjunto de significados para além dos quadros iniciais de pensamento. Com efeito, a representação deixa de corresponder estritamente ao objecto, porque o processo de ancoragem pode conferir-lhe uma capacidade de se tornar um novo quadro de referência para a compreensão da realidade. É precisamente porque este sistema de ancoragem está presente no nosso quotidiano, que se revela importante analisarmos os processos que decorrem do simples facto de vermos um filme ou uma notícia com referências negativas aos imigrantes e a minorias étnicas.

De acordo com esta perspectiva, os *media* podem ser entendidos como práticas de construção de sentido em espaços públicos, que permitem a configuração de universos partilhados, orientam os temas de conversação dos grupos sociais em função de debates e polémicas determinados pelos interesses específicos destes grupos.

Mills-Affif (2004) investigou as representações audiovisuais da imigração de 1960 a 1986 e demonstrou a omnipresença de representações pré-estabelecidas e ideológicas relativas à figura do imigrante que conduzem à apreensão da imigração não segundo o próprio processo migratório, mas tendo como referência as pessoas que imigram. Os autores constataam que a imigração em França é associada aos africanos, aos magrebinos, aos europeus de leste e também aos asiáticos. De facto, a Europa de uma forma geral, tornou-se a partir da década de 80 um espaço de imigração (Machado, 2002; Ferin et al., 2008; Pires et al., 2010). Ferin et al. (2008: 22) acrescentam que “este fenómeno, gerado por desequilíbrios económicos, demográficos, culturais e religiosos mundiais, tem-se repercutido nas políticas da comunidade europeia e constituído um dos temas de maior preocupação da opinião pública”. Na opinião dos autores, as políticas relativas à imigração na União Europeia têm tido como prioridades fundamentais os aspectos preventivos e de defesa interna e externa e o desenvolvimento de mecanismos de integração, não discriminação e acesso dos migrantes à cidadania, quer dos locais onde vivem, quer à cidadania europeia. Entre estes mecanismos de defesa e prevenção, os autores referem o Acordo de Schengen, assinado em 1985 e alargado a todos os países que integram a União Europeia. Neste acordo está prevista a

obrigatoriedade, de todos os países por ele compreendidos, possuírem centros de acolhimento temporário para imigrantes em situação ilegal e terem legislação que permita a expulsão e registo destes imigrantes no sistema Schengen. Na perspetiva dos autores, estes mecanismos têm gerado em Portugal muitas das peças de imprensa e televisão referentes a centros de acolhimento, peças que reportam a expulsão e deportação de imigrantes detetados em situação irregular, assim como aquelas que “enfatizam ações da polícia, terrestre e marítima, contra a imigração clandestina no Mediterrâneo e no Sul da Península Ibérica” (Ferin et al., 2008: 23). As peças recolhidas pelos autores em 2005 e 2006 refletem esta tendência. Além disso, os autores também referem terem observado um aumento de publicidade com pessoas oriundas de outros grupos étnicos e o aumento do número de documentários e reportagens sobre temáticas da migração.

Nos trabalhos desenvolvidos por Ferin et al. (2006, 2008) sobre representações dos imigrantes e minorias étnicas nos *media* em Portugal, nomeadamente, na imprensa e na televisão, os autores concluíram que efetivamente os imigrantes e as minorias estão muito presentes nas rotinas de produção da imprensa e da televisão nacionais. Embora se verifique uma diminuição do número de peças em televisão e na imprensa entre 2003 e 2006, a temática que predomina quando as peças se referem a imigrantes e minorias étnicas é a temática do ‘Crime’. Os autores mencionam terem observado algumas alterações ao nível da discursividade. Em 2003 e 2004 os imigrantes e as minorias surgiam fundamentalmente como autores dos crimes, mesmo quando não o eram, enquanto que em 2005 e 2006 há uma distinção entre o imigrante/membro de uma minoria enquanto autor ou vítima de um crime.

Se atentarmos que hoje, nas sociedades ocidentais, formalmente anti-racistas, permanecem fenómenos racistas, cada vez mais justificados pela perceção das diferenças culturais ou religiosas em detrimento das justificações relacionadas com as perceções de diferenças genéticas (Cabecinhas, 2007; Vala, 1999), torna-se pertinente analisar possíveis expressões mascaradas ou dissimuladas de racismo no contexto audiovisual português.

Procurando avançar com uma reflexão inicial sobre a imigração em Portugal, importa referir a publicação recente do Instituto Holandês de Investigação Social *Measuring and Monitoring Immigrant Integration in Europe* (2012), que inclui um capítulo da autoria de Catarina Oliveira (Coordenadora do Gabinete de Estudos e Relações Internacionais do ACIDI). Neste capítulo, a autora apresenta um gráfico ilustrativo da situação portuguesa no que diz respeito aos processos migratórios vividos nas últimas décadas. Este gráfico permite uma leitura da imigração para Portugal desde 1960 até 2010. É claro o aumento de população imigrante com residência legal em Portugal. Contudo, só foram disponibilizados os dados relativos aos emigrantes portugueses até 2001, dados estes que poderão ter sofrido algumas alterações nos últimos anos, devido à crise internacional, podendo, eventualmente, ter acompanhando a tendência da imigração.

O gráfico ilustra o aumento da imigração a partir da década de 70, coincidindo com o fim da ditadura em Portugal e a consequente mudança nas estruturas políticas, económicas e sociais. De facto, observa-se que a emigração diminuiu durante os anos 70 e que, em simultâneo, derivado da independência das colónias africanas, se assistiu a um aumento da imigração, resultado da chegada de repatriados, requerentes de asilo e portugueses de regresso a Portugal. Com efeito, até ao final da década de 1990, os imigrantes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) parecem ter dominado a população imigrante.

Com a entrada de Portugal para Comunidade Económica Europeia em 1986, houve um novo incentivo à imigração, resultado da liberalização económica, que levou ao recrutamento de trabalho imigrante. Mais tarde, no final da década de 1990, observam-se novos fluxos de imigração oriundos da Europa de Leste. Todos estes fenómenos originaram e continuam a provocar a definição de políticas e medidas que pretendem responder à complexidade dos fluxos migratórios contemporâneos. Ao contrário do que se observava na década de 70, tem-se verificado o aumento da população imigrante sem laços históricos com Portugal (Oliveira, 2012).

Sendo Portugal um país onde o número de imigrantes tem vindo a aumentar significativamente, e assumindo como refere Lemière (2006), que o cinema português tem vindo a discutir a questão nacional, torna-se relevante compreender que representações sobre esta população têm vindo a ser veiculadas pelo cinema produzido em Portugal. Revela-se também de extrema importância definir estratégias formativas para as populações sobre os conteúdos audiovisuais que têm como tema central os imigrantes e as minorias étnicas. Se os sistemas nacionais de televisão constituem ainda o quadro dominante para as representações do mundo da maior parte das pessoas (Straubhaar, 2007), importa fomentar nas famílias a leitura crítica dos conteúdos que chegam até às suas casas, assumindo a literacia mediática uma importância indiscutível no contexto atual (Pinto et al., 2011).

5. A literacia cinematográfica na promoção da interculturalidade

Como referimos anteriormente, os *media* veiculam determinadas representações sobre os imigrantes e minorias étnicas que devem ser objeto de uma análise mais profunda. Na nossa perspetiva, a literacia mediática deverá ter neste contexto um papel mais ativo na desconstrução de determinados estereótipos que persistem na sociedade portuguesa. Pretendemos, nesta fase da nossa reflexão, discutir o conceito de literacia mediática, focando-nos mais concretamente no cinema e na literacia cinematográfica enquanto instrumento de transformação da realidade social.

O consumo de programação televisiva é uma realidade na sociedade atual. A escola, juntamente com as famílias devem conhecer a TV, aprender a interpretá-la e aos seus mecanismos de produção. Na opinião de Perez Tornero (2000), este meio de comunicação oferece muitas oportunidades educacionais a serem descobertas. De facto, desde a infância são consumidas elevadas doses de comunicação audiovisual. Contudo, os telespetadores não são meramente agentes passivos na receção dessas mensagens. Os jovens vêm todo o tipo de programas, sem conhecerem as estratégias persuasivas que lhes estão inerentes. Para o autor, esta realidade requer ações orientadas e o envolvimento da escola, através do desenvolvimento de programas de literacia mediática (Perez Tornero, 2000).

O conceito de literacia clássica associava a literacia à capacidade do indivíduo de leitura e de escrita. Contudo, Livingstone (2003) rejeita a visão a-histórica que associa literacia à leitura e à escrita. A autora considera que a literacia se refere à interpretação de toda e qualquer mensagem mediática. Neste sentido, deve ser entendida com base num debate produtivo multidisciplinar das questões, até então estudadas separadamente, relacionadas com a leitura, o material impresso, as audiências de televisão, o uso de computadores e da internet. As novas literacias envolvem competências sociais, desenvolvidas através da colaboração e do trabalho em rede. Estas competências, são construídas sob a base da literacia clássica, das competências de investigação, competências técnicas e análise crítica, desenvolvidas em contexto de sala de aula (Jenkins et al., 2009). Neste sentido, quando discutimos literacia mediática referimo-nos a uma série de competências, quer individuais, quer sociais.

O objetivo da literacia mediática é aumentar a consciência das muitas formas de mensagens mediáticas com as quais nos confrontamos no quotidiano. Deve ajudar os cidadãos a perceberem como os *media* filtram as suas perceções e crenças, modelam a cultura popular e influenciam as escolhas pessoais. De acordo com esta perspetiva, a literacia mediática deve estimular o pensamento crítico e a capacidade de resolução criativa de problemas. Neste sentido, “a educação para os *media* constitui parte dos direitos básicos de todos cidadãos, em todos os países do mundo, à liberdade de expressão e ao direito à informação e é instrumental na construção e manutenção da democracia” (Cf. *Testing and Refining Criteria to Assess Media Literacy Levels in Europe: Final Report*, 2011).

Em Portugal, o jornalismo escolar e o cinema na educação foram inicialmente os contextos em que se desenvolveu a educação para os *media* (Pinto et al., 2011), embora, esta seja uma área que tem sofrido avanços e recuos, não tendo sido incrementada ainda no currículo escolar. Já em 1998 nas conclusões do encontro nacional “O audiovisual no ensino, o ensino do audiovisual”, António (1998: 203) referia ser essencial “integrar a sensibilização e o ensino do cinema e do audiovisual nas estruturas curriculares, por forma a criar uma nova disponibilidade dos alunos para o usufruto de um meio de comunicação e de uma forma de arte que necessitam ser apreendidos e aprendidos tal como já o é, por exemplo, a comunicação escrita e musical”.

Contudo, algumas alterações estão a suceder atualmente a este nível. Com a aprovação da Proposta de Lei n.º 69/XII, em 2012, fala-se pela primeira vez na legislação portuguesa relativa ao cinema e ao audiovisual, de literacia do público escolar. Um dos objetivos da nova lei do cinema é contribuir para a formação de públicos, nomeadamente através do apoio a festivais de cinema, cineclubes, circuitos de exibição em salas municipais e associações culturais de promoção da atividade cinematográfica.

Com o objetivo de promover a literacia do público escolar para o cinema, esta nova lei prevê o desenvolvimento de um programa de formação de públicos nas escolas. Está prevista a criação de um programa de literacia para o cinema junto do público escolar para a divulgação de obras cinematográficas de importância histórica, em particular de longas-metragens, curtas-metragens, documentários e filmes de animação de produção nacional. De acordo com o Comunicado do Secretário de estado da Cultura (1 de fevereiro 2012), a formação de públicos e a internacionalização são prioridades e a nova Lei do Cinema vem reforçar a importância da formação de públicos através de uma parceria entre o Instituto do Cinema e do Audiovisual, a Cinemateca e o Ministério da Educação. Estão também incluídos nesta medida os conteúdos pedagógicos para professores, com enfoque na ligação curricular, bem como o acesso digital a filmes estrangeiros de referência.

É neste contexto que consideramos pertinente salientar a importância da introdução nos programas de literacia para o público escolar de filmes portugueses que discutam a realidade da imigração em Portugal, numa perspetiva crítica e de (des)construção e discussão sobre a realidade/ficção que a tela nos apresenta. De acordo com esta perspetiva, a seleção do material audiovisual a integrar nos programas de literacia para as escolas é de extrema importância, já que um filme tem o poder de difundir imagens, perceções, representações que podem ser centrais na formação dos jovens.

Tendo esta problemática presente, é nosso objetivo futuro estudar os discursos e as representações sociais associados às populações migrantes veiculados pelo cinema, nomeadamente, pelo documentário fílmico produzido em Portugal, com o propósito de elaborar um programa de literacia cinematográfica que seja promotor da interculturalidade.

6. Reflexões finais

Nesta reflexão sobre representações sociais, migrações e *media*, procurámos discutir a relevância do conceito de representações sociais para compreendermos o modo como os *media* veiculam determinadas perceções e imagens dos imigrantes e das minorias étnicas. Interessou-nos também realçar o facto das representações estarem em constante reformulação e serem influenciadas pelos conteúdos que nos chegam diariamente pelos diferentes *media*. Salientámos ainda o papel fundamental dos processos de representações

sociais na formação da identidade e dos próprios processos identitários na evolução das representações sociais.

Como vivemos em sociedade, a representação que temos sobre o outro, imigrante/minoria, é reproduzida em contexto social, ou seja, comunicada a outros e usada como ponto de referência na tomada de decisões, na assimilação de novas informações e na avaliação das situações com as quais nos deparamos. Pelo facto de consumirmos uma elevada quantidade de informações audiovisuais, através, por exemplo, da televisão e da internet, se as imagens difundidas neste contexto sobre os imigrantes/minorias forem de teor negativo, as nossas representações sobre esta população tendem a assumir as perspectivas que são veiculadas pelos *media*.

Interessa-nos neste âmbito, estudar o cinema produzido e difundido em Portugal. Daí termos enfatizado a importância da introdução nos programas de literacia para o público escolar de filmes portugueses que discutam a realidade da imigração em Portugal, promovendo nos jovens posturas críticas e de (des)construção e discussão dos conteúdos apresentados.

Financiamento

Artigo desenvolvido com o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), bolsa de doutoramento com a referência SFRH/BD/75765/2011.

Referências

- António, L. (1998) *O Ensino, o Cinema e o Audiovisual*, Porto: Porto Editora.
- Breakwell, G. (2010) 'Resisting Representations and Identity Processes', *Papers on Social Representations*, 19: 6.1-6.11.
- Cabecinhas, R. (2007) *Preto e Branco. A Naturalização da Discriminação Racial*, Porto: Campo das Letras.
- Cabecinhas, R., & Feijó, J. (2010) 'Collective Memories of Portuguese Colonial Action in Africa: Representations of the Colonial Past among Mozambicans and Portuguese Youths', *International Journal of Conflict and Violence*, 4 (1): 28-44.
- Cabecinhas, R., Lima, M., & Chaves, A. (2006) 'Identidades Nacionais e Memória Social: Hegemonia e Polémica nas Representações Sociais da História' in J. M. & M. I. J. (eds.) (2006) *Identidades Nacionais em Debate*, Oeiras: Celta, pp. 67-92.
- Durkheim, É. (1893/1989) *A Divisão do Trabalho Social*, Vol. I., Editorial Presença: Lisboa.
- Durkheim, É. (1895/1987) *As Regras do Método Sociológico*, Editorial Presença: Lisboa.

- Ferin, I., Santos, C. A., Filho, W.S. & Fortes, I. (2008) *Media, Imigração e Minorias Étnicas 2005-2006*, Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural.
- Ferin, I., Santos, C. A., Valdigem, C. & Filho, W.S. (2006) *Media, Imigração e Minorias Étnicas II*, Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- Hall, S. (1994) 'Cultural Identity and Diaspora' in P. Williams and L. Chrisman (eds.), (1994) *Colonial Discourse and Post-Colonial Theory: a Reader*, London: Harvester Wheatsheaf, pp. 392-401.
- Hojjer, B. (2011) 'Social Representations Theory: A New Theory for Media Research', *Nordicom Review*, 32: 3-16.
- Jenkins, H. et al. (2009) *Confronting the Challenges of Participatory Culture: Media Education for the 21st Century*, Chicago: MacArthur Foundation.
- Jodelet, D. (1999) *Les Représentations Sociales*, Paris: Presses Universitaires de France.
- Lemière, J. (2006) "'Um Centro na Margem": o Caso do Cinema Português,' *Análise Social*, 180: 731-765.
- Livingstone, S. (2003) 'The Changing Nature and Uses of Media Literacy' in Gill, R., Pratt, A., Rantanen, T. & Couldry, N. (eds.) (2003), *MEDIA@LSE Electronic Working Papers*, pp. 1-31.
- Machado, F. L. L. (2002) *Contrastes e Continuidades. Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*, Oeiras: Celta Editora.
- Marková, I. (2010) 'Gerard Duveen on the Epistemology of Social Representations', *Papers on Social Representations*, 19: 4.1-4.9.
- Mills-Affif, E. (2004) *Filmer les Immigrés: les Représentations Audiovisuelles de l'Immigration à la Télévision Française, 1960-1986*, Paris: De Boeck/INA.
- Moscovici, S. (1961) *La Psychanalyse, son Image et son Public*, Paris: PUF.
- Moscovici, S. (1988) 'Notes Towards a Description of Social Representations', *European Journal of Social Psychology*, 18: 211-250.
- Moscovici, S. (1994) 'Social Representations and Pragmatic Communication', *Social Science Information*, 33 (2): 163-177.
- Moscovici, S. & Duveen, G. (eds.) (2001) *Social Representations: Explorations in Social Psychology*, New York University Press: New York.
- Oliveira, C. (2012) 'Monitoring Immigrant Integration in Portugal: Managing the Gap between Available Data and Implemented Policy', in European Commission Directorate-General for Information Society and Media Literacy Unit, *Testing and Refining Criteria to Assess Media Literacy Levels in Europe: Final Report*, [http://ec.europa.eu/culture/media/literacy/docs/final-report-ML-study-2011_en.pdf], acessado em 13/08/2012].
- Perez Tornero, J.M. (2000) *Comunicación y Educacion en la Sociedad de la Información*, Barcelona: Paidós.
- Pinto, M.; Pereira, S., Pereira, L. & Ferreira, T. (2011) *Educação para os Media em Portugal: Experiências, Actores e Contextos*, Braga: Universidade do Minho, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade.
- Pires, R. P. (2003) *Migrações e Integração: Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*, Oeiras: Celta Editora.
- Straubhaar, J. (2007) *World Television: from Global to Local*, London: Sage Publications.
- Vala, J., Brito, R. & Lopes, D. (1999) *Expressões dos Racismos em Portugal*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

- Vala, J., Lopes, D. & Lima, M. (2008) 'Black Immigrants in Portugal: Luso-Tropicalism and Prejudice', *Journal of Social Issues*, 64 (2): 287–302.
- Valence A. & Roussiau N. (2009) 'L'Immigration et les Droits de l'Homme dans les Medias: Une Analyse Representationnelle en Reseau', *Les Cahiers Internationaux de Psychologie Sociale*, 81: 41-63.
- Wagner, W. & Hayes, N. (2005) *Everyday Discourse and Common Sense: The Theory of Social Representations*, New York: Palgrave Macmillan.